



2021PORTUGAL.EU

Dimensão Parlamentar

Nota de enquadramento

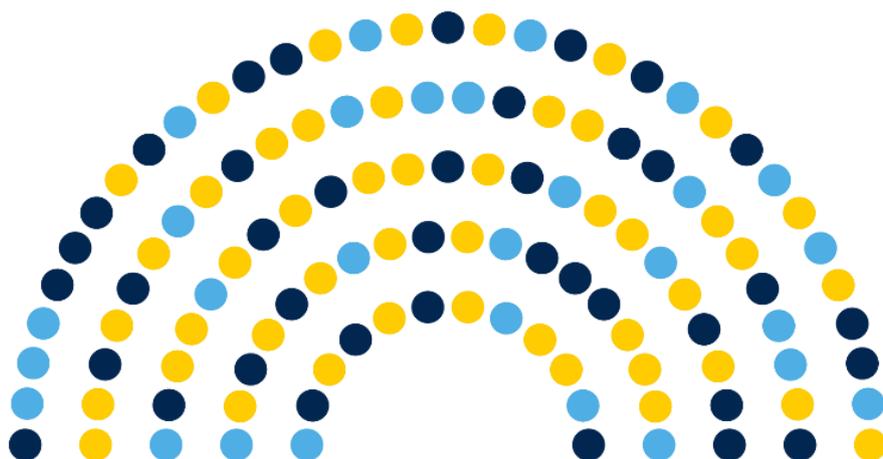
Sessão III

**A implementação dos Planos nacionais de recuperação e
resiliência - o envolvimento dos Parlamentos**

Reunião plenária da LXV COSAC

31 maio-1 junho 2021

Lisboa



NOTA DE ENQUADRAMENTO

Sessão III

A implementação dos Planos nacionais de recuperação e resiliência - o envolvimento dos Paramentos

O [Mecanismo de Recuperação e Resiliência \(MRR\)](#), cujo [Regulamento](#) foi aprovado pelo Parlamento Europeu (PE) e pelo Conselho, encontra-se no centro do [Plano de Recuperação da União Europeia](#), um vasto pacote de iniciativas destinadas a dar resposta aos apelos do [Parlamento Europeu](#) e do [Conselho Europeu](#) no sentido de uma ação coordenada e decisiva a nível da UE para atenuar as consequências negativas da crise da COVID-19. Este Regulamento associa o mecanismo aos objetivos climáticos e da política económica e social da UE, nomeadamente, no contexto do Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas.

Para financiar a recuperação, foi acordado um novo instrumento, o [Instrumento de Recuperação da União Europeia](#), definindo que as obrigações emitidas ao abrigo deste Instrumento financiarão o Mecanismo de Recuperação e Resiliência logo que os Estados-Membros tiverem ratificado a alteração à decisão relativa ao limite máximo dos [recursos próprios](#)¹ tendo sido adotado um [roteiro](#) para a introdução destes novos recursos. De destacar que o Parlamento Europeu já aprovou [três regulamentos sobre a execução do sistema de recursos próprios da UE](#), abrindo caminho para a sua reforma e introdução de novas fontes de receita da União.

O mecanismo de recuperação prevê o desembolso de fundos da UE aos Estados-Membros através de subvenções e empréstimos, logo que os pacotes de reformas e de investimento apresentados nos seus planos de recuperação e resiliência sejam aprovados e após o cumprimento das metas e dos objetivos intermédios acordados. De referir ainda que o Parlamento Europeu estará igualmente envolvido no escrutínio do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, tendo publicado um [estudo](#) sobre as modalidades desse acompanhamento, o que levou a Conferência de Presidentes do Parlamento Europeu a determinar a constituição de um [Grupo de Trabalho](#), composto por [27 Deputados](#), das Comissões de Assuntos Económicos e Monetários e dos Orçamentos.

¹ Na presente data vários países [já tinham ratificado](#) a alteração à decisão relativa aos recursos próprios.



Com efeito, a Comissão apresentou a afetação prevista de fundos dos diferentes pilares do instrumento *Next Generation EU*, incluindo a repartição das subvenções concedidas a cada Estado-Membro a título do Mecanismo de Recuperação e Resiliência¹. A Comissão declarou ainda que [não proporá recomendações específicas em 2021](#) aos Estados-Membros que apresentem um plano, exceto no que diz respeito a questões orçamentais – como exigido pelo [Pacto de Estabilidade e Crescimento](#) – e terá em conta a [cláusula de derrogação de âmbito geral](#).

Para beneficiarem do MRR, os Estados-Membros devem apresentar projetos de planos de recuperação e de resiliência à Comissão Europeia, que definam os programas nacionais de investimento e reforma em conformidade com os objetivos políticos da UE (a criação de emprego, a resiliência económica e social, as transições ecológica e digital), tendo a Comissão apresentado, para este efeito, [um modelo normalizado para a apresentação dos respetivos planos nacionais](#). Espera-se que cada plano contribua para as quatro dimensões delineadas na [Estratégia Anual de Crescimento Sustentável de 2021](#), que lançou o [Semestre Europeu](#) deste ano.

Assim, as reformas e investimentos a incluir nos [Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência](#)² devem apoiar a recuperação económica, corrigir as fragilidades estruturais dos Estados-Membros e tornar as suas economias mais resilientes, devendo centrar-se em seis pilares:

- i. transição ecológica;
- ii. transformação digital;
- iii. crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, incluindo a coesão económica, o emprego, a produtividade, a competitividade, a investigação, o desenvolvimento e a inovação, e um mercado único em bom funcionamento com pequenas e médias empresas sólidas;
- iv. coesão social e territorial;
- v. saúde e resiliência económica, social e institucional; e
- vi. políticas para a próxima geração, as crianças e os jovens, designadamente a educação e as competências.

¹ [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#); [REACT-EU](#); [Fundo para uma Transição Justa](#); [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#)

² Até ao dia 1 de maio de 2021, a [Comissão Europeia recebeu os Planos de Recuperação e Resiliência](#) da Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, França, Grécia, Itália, Letónia, Luxemburgo, Portugal.



O mecanismo deve apoiar projetos que cumpram os princípios subjacentes à [política de coesão](#), nomeadamente, o da [adicionalidade](#), não devendo substituir as despesas nacionais recorrentes, salvo em casos devidamente justificados.

A conceção desses planos poderia beneficiar da participação das partes interessadas nacionais relevantes e deveria dar resposta aos desafios identificados no Semestre Europeu, em especial as [recomendações específicas por país adotadas pelo Conselho](#). Os planos foram apresentados ao nível da UE até 30 de abril e foram apresentados num único documento integrado juntamente com o programa nacional de reformas. De referir, que a Comissão Europeia criou em 16 de agosto de 2020, o [Grupo de Trabalho Recuperação e Resiliência \(RECOVER\)](#) para ser responsável pela orientação da execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e pela coordenação do Semestre Europeu, nomeadamente, coordenar o apoio aos Estados-Membros na elaboração dos seus planos de recuperação e resiliência.

No que diz respeito à participação dos Parlamentos nacionais na conceção e avaliação dos planos de recuperação e resiliência, as informações disponíveis revelam abordagens mistas e diferentes graus de participação parlamentar na fase preparatória. Muitos parlamentos podiam não estar formalmente habilitados a aprovar os planos de recuperação e resiliência, mas a grande maioria mostrou interesse em debater os planos (e concretizou procedimentos para esse fim), quer em sessão plenária, quer em comissões específicas.

Com efeito, do 35.º relatório bianual da COSAC, que incluiu um capítulo específico dedicado ao tema «*Next Generation EU: escrutínio dos Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência – implicações no Semestre Europeu*», afere-se que a grande maioria dos Parlamentos nacionais não teve intervenção direta na elaboração dos Planos Nacionais de Recuperação nem adotaram uma resolução sobre os Planos, mas escrutinaram e discutiram as medidas propostas pelos respetivos Governos. Em relação às prioridades que os Parlamentos nacionais entendiam que deviam estar patentes nos Planos de Recuperação, retira-se do questionário que a maioria identificou como prioritárias a transição verde, a transição digital e o crescimento inteligente e inclusivo e emprego. Por fim, de destacar que a maioria dos Parlamentos nacionais informou no questionário que o acompanhamento da implementação dos Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência seria realizado através das Comissões Parlamentares Permanentes existentes, sem a necessidade de constituição de uma Comissão Parlamentar específica para esse efeito.



Possíveis questões para debate:

- Relação entre Parlamento nacional e Governo quanto ao desenvolvimento do Plano de Recuperação e Resiliência;
- Procedimentos políticos adotados pelos Parlamentos nacionais para escrutinar e/ou contribuir na elaboração dos Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência;
- Mecanismos a implementar pelos Parlamentos nacionais para acompanhar a execução dos Planos Recuperação e Resiliência;

